

O papel e o tamanho do Estado

Denis Rosenfield

Há toda uma discussão sobre o papel do Estado que é posta em termos equivocados por estar imediatamente atrelada a contendas ideológicas e partidárias. Em ano eleitoral, fica ainda mais difícil a explicitação desses equívocos, mas paradoxalmente ainda mais necessária, pois os diferentes candidatos deveriam posicionar-se sobre uma questão que diz respeito a todos os brasileiros. Uma confusão embaraçosa a própria colocação do problema, pois uma questão mal elaborada não viabiliza solução alguma. A oposição entre Estado mínimo e Estado máximo aparece como uma contraposição entre “esquerda” e “direita”, como se esse tipo de sinalização espacial, muito usada para balizar sinais de trânsito, fosse dirimente por si só.

A “esquerda”, sobretudo no Brasil e na América Latina, atribui à “direita” a concepção de um Estado “mínimo”, como se significasse Estado esquelético ou fraco. A discussão sobre o tamanho do Estado é uma questão relativa às suas funções essenciais, a partir de uma redistribuição dos papéis respectivos da sociedade e do Estado. A pergunta primeira concerne àquelas funções que poderiam ser assumidas pela sociedade sem uma transferência de suas responsabilidades à órbita estatal. O pano de fundo dessa questão reside no modo de entender a liberdade de escolha e a responsabilidade de cada um, reduzindo, portanto, o espaço para que o Estado ocupe áreas que são próprias da sociedade. Não se trata de um Estado fraco, pois um Estado que bem preenche suas funções é forte, forte naquelas áreas que lhe são essenciais.

O Brasil está por demais acostumado à idéia de que cabe ao Estado resolver todos os problemas, como se a sociedade fosse incapaz

de tomar em mãos a sua própria vida. Assim, ao se pedir tudo ao Estado, cria-se a situação de que ele deveria tudo prover, dando-se os meios para a satisfação de tal demanda. Neste jogo entre uma idéia que comanda a demanda social e um Estado que a partir dessa mesma idéia diz respondê-la, surgem as condições de um fortalecimento do Estado pelo aumento de impostos, como se essa fosse a solução dos problemas sociais. O paradoxo de tal situação consiste em que o Estado gasta ainda mais, não dá conta das demandas sociais e os cidadãos, aparentemente, continuam exigindo mais Estado.

Em vez de a sociedade criar condições de resolver os seus próprios problemas, ela os posterga ainda mais, inviabilizando-os. A grande novidade no Brasil, hoje, reside em que a sociedade começa a se dar conta de que o Estado gasta muito e retribui muito pouco à sociedade do que lhe é arrecadado. Os movimentos contra o aumento de impostos são signos saudáveis de que há mudanças em curso; falta, no entanto, que os partidos políticos e, sobretudo, os atuais candidatos à Presidência da República extraiam todas as conseqüências de tal descontentamento.

Isso significa, entre outras questões, que o Estado brasileiro enfrenta o gravíssimo problema da segurança pública. Se há um ponto sobre o qual quase todos os pensadores políticos estão de acordo, é o que diz respeito a essa função da paz pública, devendo ser assumida pelo Estado. Temos uma situação completamente esdrúxula que aparece, porém, como normal.

A segurança está sendo “privatizada”, enfraquecendo de uma maneira perigosa o Estado. As pessoas e famílias que têm meios contratam “segurança privada”, colocam alarmes e cor-

tinhas eletrônicas em suas casas, vivem em edifícios com segurança 24 horas, têm cães e outras medidas do gênero. Tal situação é expressão da falência do Estado, que não consegue preencher essa sua função primeira e essencial.

Há uma outra forma de "privatização" do Estado que perverte suas funções. A corrupção é das suas formas mais nefastas, pois inviabiliza o seu funcionamento, na medida em que os recursos públicos, que deveriam ter uma destinação pública, são desviados por aqueles que na máquina estatal têm funções de mando. Ou a corrupção é combatida eficazmente ou ela termina por minar todo o Estado. A sua mera existência, na proporção já alcançada em nosso país, seria, aliás, um alerta suficientemente forte para que o Estado revisse algumas de suas funções atuais, pois os recursos disponíveis para a corrupção diminuiriam. Uma questão que poderia ser posta, por exemplo, diz respeito aos hospitais estatais, ditos equivocadamente públicos. Será que os recursos dos contribuintes não seriam mais bem aproveitados se essas verbas fossem destinadas a hospitais filantrópicos ou privados que tivessem condições de melhor atender, com qualidade, os cidadãos? O que estes exigem é um aten-

dimento de qualidade, que faça jus aos impostos arrecadados. O Estado, seguindo uma rígida fiscalização, poderia estabelecer uma relação de custo/benefício entre os diferentes tipos de hospitais, destinando recursos aos que atendem adequadamente à população.

A Previdência é um outro caso em que confluem a corrupção e a ineficiência administrativa. Não haverá solução para esse problema via aumento das contribuições, enquanto o dinheiro arrecadado for roubado ou gasto nos meandros burocráticos. Enfrentar esse problema requer do novo presidente uma grande disposição para mexer numa máquina "privatizada" por corruptos ou por "políticos" que assumem cargos apenas em razão de seus interesses particulares. A Previdência deveria ser "desprivatizada" e "despartidariada" para que possa atender aos cidadãos deste país. A partir daí se poderia pôr a questão se algumas de suas funções não poderiam ser mais bem assumidas por um sistema privado de contribuição.

Problemas centrais que deveriam ser encarados para além de enfoques ideológicos, que desvirtuam os termos da questão. ●

(Publicado em *O Estado de S. Paulo* de 06/02/2006)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Uma Mulher Egípcia

Jehan Sadat

Poucas vezes a Biblioteca do Exército editou título com oportunidade e qualidade como este relato autobiográfico de Jehan Sadat (viúva de Anwar Sadat). A autora se apresenta como muçulmana, filha de pai egípcio e de mãe inglesa, e cedo aprendeu a conviver com o multiculturalismo familiar. Henry Kissinger escreveu: "...a história de Jehan Sadat é autêntica e apaixonada descrição de uma vida como muçumana emancipada, patriota, esposa e mulher... única no seu gênero."